

arquivo & administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 6 n.3 dezembro 1978

a liberdade de informação
e pesquisa

josé honório rodrigues

o papel da arquivologia
na sociedade de hoje

micHEL duchein

sistema nacional de arquivo

a regulamentação
profissional

75681 Clas. PER
Arquivo & Administração
v. 6 n. 3
set./dez. 1978 ex. 2

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



*Di. a sempre
fins de este ano
de Junho
30-6-1919*



PASSAPORTE
O Chefe de Policia do Districto Federal
Dr. *Genivaldo de
Sousa da Franca,*

concede passaporte de *viagem* a *Alberto Dumont*
Santos Dumont, Arctero,

*de 6 annos de idade, natural de Minas Geraes
professao de Inventor para as
E. Unidos da America
do Norte*

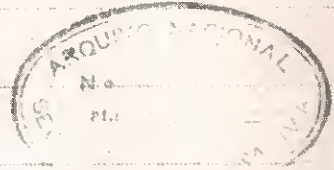
Nº

SIGNAES

*Estatura Mediana
Cabello Castanho
Olhos Azules
Nariz Regular
Bocca Regular
Barba Sem Ligado
Pesta Cast
Cin Cin Branco*

SIGNAES PARTICULARES

*Calos nos dedos
Coroado*



Secretaria da Policia do Districto Federal

*Amas de
Secretario*



Gonçalo Pereira - Ovidio 91

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Iglesias
Maria Luiza S. Dannemann

Diretoria Técnica

José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Iglesias

Redatora-Chefe

Eloísa Helena Riani Marques

Coordenação Editorial

Robson Achiamé Fernandes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Produção

Revisão
Ignez de Jesus Felipe
Luiz Fernando Lavôr Coelho

Produção Gráfica

Cláudio Lucas Reis e Souza

Artes-Finais

Háimo S. Martins

Composição

Compósita Ltda.

Impressão

Europa, Empresa Gráfica e Editora Ltda.

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1977-79

Presidente: *Marilena Leite Paes*
Vice-Presidente: *Elyanna de Niemeyer Mesquita*

1ª Secretária: *Eloísa Helena Riani Marques*

2ª Secretária: *Eliana Balbina Flora Sales*

1ª Tesoureira: *Norma Viegas de Barros*

2ª Tesoureira: *Aurora Ferraz Frazão*

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
José Pedro Pinto Esposel
Maria Luíza S. Dannemann
Maura Esândola Quinhões
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Celita Pereira Gondin
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves

Conselho Fiscal

Deusdedit Leandro de Oliveira
Fernando Salinas
José Lima de Carvalho

Suplentes

Jaime Antunes da Silva
Milton Machado

sumário

editorial 3

cartas 4

resenha bibliográfica 4

estudos

a liberdade de informação e pesquisa 5

arquivos em sistemas nacionais de informação 12

entrevista

centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil 19

informe 23

várias

o papel da arquivologia na sociedade de hoje 30

Correspondência para *Arquivo & Administração*

Praia de Botafogo, 186 sala B-217
22.253 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 246-6637

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não sócios Cr\$ 60,00

Exemplar avulso

ou atrasado Cr\$ 25,00

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não expressam necessariamente o pensamento da Associação dos Arquivistas Brasileiros ou dos redatores de *Arquivo & Administração*. Permitida a reprodução de artigos desde que seja observada a ética autoral que determina a indicação da fonte.

Distribuição: AAB

Desejamos permuta

Deseamos permuta

Nous desirons échange

We are interest in exchange

Arquivo & Administração v.1- n. 0- 1972-

Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.

v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos – Periódicos. 2. Administração – Periódicos. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o n. 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 6	n. 3	p. 1-36	set./dez. 1978
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

PER - 370

o papel da arquivologia na sociedade de hoje*

*Michel Duchein***

Fiquei feliz com o convite para proferir esta palestra, principalmente por já ser, há algum tempo, sócio da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Assim, por estar entre colegas e amigos, este encontro será mais um bate-papo informal.

A ocasião me parece oportuna para falarmos sobre o papel da Arquivologia na sociedade de hoje; vejamos as questões que essa sociedade propõe, os desafios que enfrenta e as respostas que pode dar.

Os arquivos são o produto natural e orgânico das diversas atividades administrativas, públicas ou privadas e caracterizam-se por preservar a documentação em sua forma original de criação, respeitando a estrutura da entidade geradora.

Nesta definição estão encerradas as diferenças fundamentais entre arquivos e bibliotecas, entre arquivos e documentação e, conseqüentemente, as diferenças profissionais entre arquivistas, bibliotecários e documentalistas. As três profissões são parte do que hoje conhecemos como Ciência da Informação. Têm laços comuns, são parentes mas são bem distintas. Senão vejamos: o *bibliotecário* manipula documentos diversos, de várias procedências (livros, periódicos, folhetos, etc.), lida em geral com todos os assuntos referentes ao conhecimento humano e atende a uma clientela variada, desde às crianças até aos eruditos. O *documentalista* trabalha em profundidade sobre um assunto mais restrito e fornece informações a usuários mais especializados, e o *arquivista* se dedica sobretudo aos documentos únicos, criados no curso das atividades das instituições e indivíduos, responsabilizando-se pela administração desses documentos, sua seleção para fins de conservação definitiva, e de sua classificação para assegurar o acesso rápido e preciso.

É pois impossível a um arquivista improvisar-se em bibliotecário, ou a um bibliotecário fazer-se, às vezes, de arquivista. Como estou falando a arquivistas não preciso convencê-los disso. O que realmente desejávamos é que, no Brasil, como em outras partes do mundo, as autoridades políticas e administrativas também estivessem convencidas.

Falemos agora sobre a finalidade dos arquivos.

Para todos nós se coloca de imediato uma questão fundamental: Por que preservar os arquivos?

A resposta tradicional é que os arquivos são os armazéns da História e o arsenal da Administração.

É uma verdade mas, no mundo atual, já não basta. Quando falamos de administração queremos nos referir à administração pública e privada, a qual funciona cada vez menos voltada para o passado, servindo-se cada vez mais do computador. Tanto isso é verdade que o computador é chamado de *memória*.

Esta a razão pela qual o administrador pergunta: — Por que organizar o arquivo já que o computador pode conservar tudo na memória? É a esta pergunta que vamos tentar responder agora.

O fenômeno que caracteriza nossa época é a necessidade cada vez maior de se obter informações rápidas e imediatas, bem como a de procurar referências no passado.

A investigação do passado é uma necessidade que vem se estendendo a todos os campos de atividades.

A responsabilidade dos arquivistas se exerce pois, em dois planos: o do presente e o do passado; são ambos igualmente importantes e essenciais.

É comum rotular-se o arquivista como homem do passado; a verdade é que, se conservamos os traços do passado é visando servir ao futuro. E,

* Conferência pronunciada a convite da AAB e do Departamento Geral de Documentação da Secretaria de Estado de Justiça - RJ, em 31 de agosto de 1978.

** Inspetor Geral dos Arquivos Nacionais da França.

N.R.: Matéria elaborada pela Diretoria Técnica da Revista, não tendo sido revisada pela Redação.

muito mais que homens do passado, os arquivistas são os homens do futuro. Não fossem os arquivistas de hoje, os homens do futuro não conheceriam nada de nossa época.

É essa a nossa missão: — assegurar a informação do futuro, nós somos o traço de união de duas épocas. Entretanto, a responsabilidade primeira do arquivista é para com o homem de nosso tempo. Tal responsabilidade se exerce não apenas com relação à Nação, ao Estado e à Administração, mas, sobretudo ao cidadão, encarado como indivíduo que é. Este é a nosso ver o aspecto mais importante. O Estado e a Administração intervêm cada vez mais na vida privada das pessoas.

Antigamente as ligações entre o cidadão e o Estado eram raras e se limitavam a poucos aspectos da vida. Hoje dá-se o oposto. A intervenção é cada vez maior, e se quisermos nos convencer disso basta pensar na quantidade de problemas administrativos que temos que enfrentar todos os dias: aluguéis, impostos, segurança social, etc.

Cada uma dessas atividades produz papéis. Sua conservação é importante para a Administração e, sobretudo, para o cidadão, uma vez que freqüentemente lhe é solicitada a apresentação de provas ou documentos que garantem seus direitos.

No passado isso era mais raro. A documentação mais procurada era a que se referia ao registro civil e ao direito de propriedade. Hoje, a cada momento, recorremos aos arquivos para provar nossos direitos. Tentarei ilustrar o fato com uma história que me contaram e que me parece bastante adequada por estar ligada à realidade brasileira: há alguns anos, uma senhora de 80 anos chegou ao Arquivo Nacional para fazer uma pesquisa. Ela não tinha o hábito de pesquisar e estava completamente perdida dentro do AN. Assim que chegou apertou a mão de todos os leitores que se encontravam na sala. Explicou que era alemã, que havia chegado ao Brasil havia muito tempo e que tinha necessidade de provar isso para dar cumprimento a uma exigência administrativa. Naquela época, disse, talvez tivessem lhe dado um certificado mas, se isso aconteceu, ela já o havia perdido.

O único dado de que se lembrava era a data de sua chegada. Penalizados,

todos os presentes deram início à procura da informação na documentação da Alfândega e acabaram por encontrá-la. A senhora, chorando de alegria, disse, "eu sabia que tinha chegado ao Brasil nesse dia!".

Acho essa história maravilhosa e penso que ilustra de maneira irrefutável a importância e a utilidade dos arquivos no dia a dia do cidadão.

Outro aspecto da utilidade dos arquivos atualmente, é o da responsabilidade administrativa. Isso se aplica especialmente a documentos técnicos.

Há alguns anos houve na França um grave acidente ferroviário: quando o trem passava em determinado túnel, este ruíu e muitas pessoas ficaram soterradas. Imediatamente foi levantado o problema da responsabilidade da companhia de estrada de ferro para com as famílias das vítimas. Os documentos relativos à construção do

túnel, bastante antigos, pois datavam de 1870, foram procurados. Encontraram, então, além do projeto, o parecer de inspeção técnica. Graças a esse documento a estrada de ferro pôde provar não ter nenhuma responsabilidade no acidente, pois a manutenção tinha sido feita regularmente. Mais tarde, verificou-se que a causa do desastre havia sido a infiltração de água.

Temos aí um exemplo prático da participação do arquivo na solução de um problema técnico.

O terceiro exemplo da utilidade dos arquivos diz respeito à economia que podem proporcionar. O exemplo que trago agora para ilustrar é africano.

Um Estado da África, antiga colônia alemã antes de 1914, passou ao domínio francês no pós-guerra, tornando-se independente em 1960.

O desenvolvimento desse país foi



Flagrante de Michel Duchein durante a Conferência no auditório da Rádio Roquete Pinto.

cuidadosamente planejado por especialistas internacionais. O planejamento incluía projetos para as florestas do interior e de acesso ao litoral. Decidiu-se então construir uma via férrea de 400 km de extensão ligando o interior ao litoral, enfrentando-se, para tanto, todos os problemas decorrentes de terrenos montanhosos.

Os técnicos internacionais (talvez da ONU ou da UNESCO) iniciaram os estudos para a construção da estrada.

Certo dia, um antigo empregado informou já ter visto, em algum lugar, papéis relativos a uma estrada de ferro. Deveriam estar em cima de algum armário ou num porão qualquer. Iniciou a busca e acabou por encontrar um conjunto de documentos empoeirados e meio comidos pelos bichos. Seu achado levou à descoberta de que, anteriormente à guerra de 1914, os alemães já haviam feito um levantamento topográfico para a construção da estrada, proporcionando, assim, uma economia de milhões de dólares. É um exemplo raro, mas bastante convincente, da utilidade prática dos arquivos.

O último aspecto da importância dos arquivos para a época atual é que eles servem de fonte de referência para a tomada de decisões.

Na semana passada, em Brasília, me contaram uma história que ilustra bem o caso. Quando o Papa Paulo VI faleceu deveria ser enviada a Roma uma delegação diplomática para representar o Brasil nas exéquias. O Itamarati não sabia informar com precisão como essa delegação deveria ser composta. A arquivista do Ministério das Relações Exteriores apresentou então o dossiê referente à morte de João XXIII e ali foram encontrados os procedimentos corretos a serem adotados. Evitou-se dessa forma qualquer erro diplomático. Disse-me a arquivista do Itamarati que os que foram a Roma deviam-lhe esse favor.

Foram mencionados aqui alguns exemplos que comprovam a utilidade prática dos arquivos nos tempos atuais.

Na realidade, porém, essa utilidade é pouco duradoura. São raros os documentos cuja importância prática ultrapasse o tempo de duração da vida de um homem.

Já que estou contando tantas ane-

dotas contarei uma para mostrar a importância que, imprevistamente, pode adquirir um documento do século XIII, por exemplo.

Naquela época havia discensões, divergências entre a França e a Espanha quanto à questão de pastagens. Nos Pirineus havia muitos rebanhos de carneiros e os atritos eram freqüentes por que os rebanhos franceses invadiam os pastos espanhóis e vice-versa. Por fim, os reis dos dois países decidiram assinar um tratado que definisse os direitos de pastagem. O tratado existe até hoje, em duas cópias, estando uma no Arquivo Nacional de Paris e outra nos Arquivos de Madri. São ambas em pergaminho e contêm selos e assinaturas que evidenciam os direitos de cada um.

Que valor podem ter tais documentos nos tempos de hoje, uma vez que nem existem mais rebanhos de carneiros nos Pirineus? Pois bem. Há algum tempo a França e Espanha voltaram a ter problemas nos Pirineus, dessa vez devido a operações militares levadas a efeito naquela área, considerada como zona neutra. Não creio que tenha havido risco de guerra mas não duvido que o impasse tenha sido sanado graças àquele tratado assinado no século XIII fixando os limites entre os dois países. O perigo de guerra foi afastado graças a um documento datado de tantos séculos atrás.

O caso acima relatado tem mais caráter de anedota pois esse uso do arquivo é raríssimo.

Na realidade, como já disse anteriormente, os arquivos em geral perdem sua utilidade administrativa após o período correspondente ao de uma vida humana. Nesse momento evidencia-se o segundo aspecto da responsabilidade do arquivista, qual seja, sua responsabilidade em relação ao futuro.

É nossa missão transmitir ao futuro a memória de nosso tempo, da mesma forma que a memória do passado nos foi transmitida. Entramos assim no campo da *História*.

No século XX todas as ciências passaram por profundas mudanças, e, dentre ela talvez tenha sido a *História* a que sofreu modificações maiores abrangendo hoje todos os campos da atividade humana e entrando especialmente pelos domínios da Demografia, da Economia e da Sociologia. Os arqui-

vos foram, desde sempre, considerados fonte de documentação histórica. Já no tempo dos faraós os arquivos egípcios eram consultados para se obter informações sobre as enchentes do Nilo.

Sabemos ainda que os historiadores da antigüidade grega, sem qualquer objetivo de ordem prática, recorriam aos arquivos apenas para conhecer o passado. Podemos citar dois exemplos clássicos: Tácito e Suetônio escreveram a história de Roma recorrendo aos arquivos sobre história imperial.

Se hoje conhecemos fatos históricos da Idade Média devemos isso aos monges que consultaram os arquivos, hoje destruídos, para escrever a história: que chegou até nós.

Para demonstrar a importância clássica dos arquivos vou citar uma frase de *Michelet*, historiador do século XIX que pesquisou muito nos arquivos da França. No começo de um de seus livros de História ele nos conta como, um dia, ouviu o apelo do passado. (Seu estilo é, naturalmente, extraordinário e eu vou tentar reproduzir da melhor forma as suas palavras): "Nos corredores vazios do arquivo não me sentia sozinho, e sim muito bem acompanhado de tantos homens e mulheres que viviam nas folhas dos volumes encadernados em pergaminho e em meus ouvidos soava o grito dos séculos passados, um grito que chamava os homens de hoje e dizia: somos como vossos pais, vossos semelhantes e vossos irmãos!".

Esta frase, célebre na França, demonstra claramente que os arquivos não são uma coisa morta, muito ao contrário, são algo vivo e constantemente utilizado.

Infelizmente não somos todos um *Michelet*.

Daquele tempo até nossos dias a História expandiu bastante seus domínios. Hoje o campo da pesquisa histórica se estende ao que antigamente não era considerado como domínio da História.

Selecionei para vocês alguns títulos de estudos históricos feitos ultimamente, exatamente para mostrar a variedade de temas da pesquisa histórica: *A História da Saúde e da Higiene*: livro sobre as epidemias numa província da França no século XVII; *A História da morte e das atitudes mentais diante da morte*: não sei por que, mas o assunto

está em moda ultimamente; *A História da alimentação no século XIX*; *A História dos levantes camponeses na Idade Média e suas causas psicológicas e econômicas*; *A História da loucura, de seu tratamento e de seu conceito social*; *A História do sentimento religioso da prática católica antes da Revolução Francesa*; *A História do casamento e da condição feminina*: também um assunto do momento; livros sobre o tema são lançados quase todos os meses; *A História da situação operária no século XIX*.

Há muitos outros. Procurei apenas exemplificar com o que de mais recente foi publicado na França.

É claro que para documentar esses estudos os autores tiveram acesso a vários arquivos.

Por essa mesma razão é que arquivos considerados sem nenhum interesse ou importância prática são tidos atualmente como fontes históricas valiosíssimas. Arquivistas do passado destruíram inúmeros documentos cuja perda é hoje lamentada.

Na França, arquivistas do passado destruíram vasta documentação econômica como livros de contas que, na época, pareciam não ter qualquer interesse mas que hoje se constituem numa das principais fontes de História Econômica.

Outro fenômeno recente da evolução histórica é a interpenetração da História e da Futurologia.

Conheço inúmeros estudos sobre Futurologia baseados em arquivos antigos, sobretudo nos campos da Demografia e da Economia.

Para nós arquivistas esse é um território totalmente novo, pois trata-se de estudos históricos que têm ao mesmo tempo interesse prático. Nesse campo milita um novo tipo de pesquisador: não é o historiador puro, é um analista.

Eis alguns exemplos da mutação por que passaram a História e a Pesquisa Histórica.

Já que estamos tratando dos problemas a serem enfrentados pelos arquivistas de nosso tempo, não podemos deixar de falar sobre os arquivos que surgiram recentemente como consequência da tecnologia moderna. São eles: os audiovisuais e os automatizados, isto é, arquivos constituídos de documentos produzidos em decorrência do processamento de dados.

Tais documentos não existiam antes dos tempos atuais, e para eles temos que inventar uma nova arquivística, tendo presente que o êxito das futuras pesquisas dependerá do tratamento que dermos hoje a tal documentação.

Esses são os desafios que o mundo atual nos lança. E de que meios dispomos para responder a tais desafios? Temos à disposição sobretudo os meios materiais; se a época moderna nos coloca novos problemas oferecendo também os recursos para resolvê-los.

Isso se dá principalmente no campo da conservação.

As técnicas de conservação de papéis evoluíram muito nos nossos dias. As técnicas de construção de prédios de arquivo, de climatização, de proteção contra insetos e outros agentes de destruição, de restauração, os equipamentos específicos e todo o arsenal da química e da física nos permitem assegurar a conservação dos documentos de modo bem mais eficiente que em tempos passados.

Existem em vários países do mundo edifícios de arquivo especialmente concebidos para essa finalidade e tenho a certeza de que o Brasil, dentro de curto período de tempo, terá edificações semelhantes. Tomei conhecimento de inúmeros projetos nesse sentido e espero que pelo menos alguns deles se concretizem.

Entretanto, os meios materiais não são o essencial.

Temos atualmente à nossa disposição toda uma nova metodologia. Podemos mesmo dizer que a era em que vivemos viu nascer a Ciência dos Arquivos ou a Arquivologia. Antigamente a Arquivologia era mais uma prática que uma ciência. Somente há quarenta anos, mais ou menos, é que os especialistas se detiveram no estudo dos métodos, dando origem a essa nova ciência da qual um dos fundadores é Schellenberg, que os senhores conhecem.

Uma das principais características da moderna arquivologia, que evolui a cada momento, é a importância que se dá à triagem e ao tratamento das grandes massas documentais. A classificação é também um dos grandes problemas a serem enfrentados. Se alguns desses obstáculos foram superados, outros permanecem intransponíveis. Creio que estamos todos de acordo em

que a maior dessas barreiras é a do volume de papéis e a causa do aumento desse volume é, como disse no início, a contínua e cada vez maior interferência do Estado na vida econômica, social etc.

A resposta para a redução dessa massa documental pode estar em dois procedimentos distintos:

— O primeiro é reduzir a massa de papéis pela triagem ou amostragem.

Evidentemente não podemos conservar todos os documentos produzidos e, mesmo que isso fosse possível, os historiadores do futuro não teriam condições de utilizá-los. Somos então obrigados a optar pela triagem ou pela amostragem.

A amostragem é a solução do futuro. Consiste na preservação de uma parcela significativa de cada conjunto de documentos. É a única maneira de transmitirmos às gerações futuras informações sobre o nosso tempo sem corrermos o risco de submergir num mar de papéis.

A triagem é a redução da massa documental feita após cuidadosa análise e avaliação.

— O segundo procedimento para redução do volume de papéis é o emprego da microfilmagem, ou seja, a transferência das informações contidas num documento para um suporte de dimensões reduzidas.

A tecnologia está altamente desenvolvida e podemos ficar razoavelmente seguros quanto à conservação do microfilme. Na França temos microfilmes com mais de 50 anos que se encontram perfeitamente conservados.

O grande inconveniente do microfilme não é de ordem técnica e sim financeira: os altos preços do equipamento, do material fotográfico, da mão-de-obra qualificada, além do tempo gasto nessa atividade.

Em meu país fizemos, há pouco tempo, com a ajuda de especialistas, um estudo comparativo dos preços de um metro linear de documentos microfilmados e dessa mesma metragem armazenada em estantes, incluindo-se nessa avaliação o custo do prédio onde seriam preservados. O estudo foi feito por duas equipes diferentes e o resultado foi claro: a equipe constituída por funcionários dos Arquivos Nacionais concluiu que a preservação em microfilme custava três vezes e meia mais cara do que a guarda em estantes. O

outro grupo, pertencente à Kodak estimou essa diferença em cinco vezes e meia a mais.

Este deverá ser o argumento usado quando o diretor de uma empresa se decidir pela microfilmagem.

É inegável que o emprego da microfilmagem é importante para o arquivo, entretanto o fator determinante de sua aplicação não deve ser o da redução de volume e sim o de garantir a segurança dos documentos. Acredito que no Brasil, como em outros países, os documentos antigos, frágeis, sejam microfilmados para assegurar sua conservação. A consulta e a pesquisa são feitas no microfilme.

Finalmente, o último problema a ser resolvido é o da organização e administração dos arquivos.

Conheço vários países em que as dificuldades técnicas estão praticamente superadas enquanto que as administrativas permanecem. Os arquivistas brasileiros conhecem bem o assunto.

O primeiro aspecto que se apresenta é o da subordinação administrativa dos arquivos. No Brasil o Arquivo Nacional está subordinado ao Ministério da Justiça. Diante dessa realidade ocorre-nos a pergunta: — o que tem o Ministério da Justiça a ver com os arquivos?

Na França o Arquivo Nacional está subordinado ao Ministério da Cultura. Também não é a melhor solução pois os arquivos não podem ser encarados apenas pelo lado cultural; há o aspecto administrativo para o qual o Ministério da Cultura não tem a menor competência.

A melhor solução seria subordiná-los diretamente à Presidência da República, ou ao 1º Ministro, uma vez que eles são por definição, interministeriais.

É nesse sentido que devemos trabalhar.

Outro ângulo da questão a ser considerado é o da legislação referente aos arquivos, que varia de país para país e está intimamente ligada ao sistema administrativo e econômico de cada um deles.

Apesar disso existem alguns princípios gerais que devem ser respeitados, particularmente o que diz respeito à obrigação de todas as administrações de recolherem seus Arquivos e o referente ao livre acesso do público aos acervos documentais após determinado tempo.

Sob este aspecto o Brasil ainda precisa evoluir muito e este progresso é mais difícil devido a estrutura federativa do país.

A regulamentação da profissão de arquivista e sua formação é outro problema relevante.

Cada país, de acordo com sua realidade, deverá resolvê-lo mediante legislação específica, obedecendo entretanto, a princípios comuns a todos.

O primeiro deles é que a profissão de arquivista deve ser uma profissão independente.

Gostaria de poder falar mais detalhadamente sobre cada um desses assuntos mas como isso não é possível procurei focalizá-los para evidenciar a interpenetração e a complexidade existente nos arquivos. Não tenho a pretensão de conhecer os arquivos brasileiros. Estou no Brasil apenas há duas semanas e num período tão curto é impossível conhecer um país tão grande e complexo.

Com grande prazer tomei conhecimento de que, dentro de pouco tempo, o Presidente da República irá sancionar a lei que cria o Sistema Nacional de Arquivos.

Tal Sistema deverá ser a base de toda a organização dos arquivos no Brasil futuramente. Ele irá fornecer um quadro geral e estará a cargo de vocês, arquivistas brasileiros, preencher esse quadro.

É impossível pensar-se em estabelecer no Brasil uma organização centralizada como encontramos nos pequenos países da Europa.

A organização dos arquivos no Brasil deverá ser feita em três níveis: a nível federal, estadual e municipal. Entre eles não deverá existir uma relação de autoridade hierárquica e sim uma relação de coordenação e cooperação.

O órgão central de coordenação técnica e organizacional será o Arquivo Nacional, e, nessa tarefa deverá ser auxiliado pela associação a que vocês pertencem.

A AAB deverá representar na organização dos arquivos do Brasil um papel fundamental, pois nela estão reunidos arquivistas de todos os níveis. Por seu intermédio se fará uma ampla troca de experiências e poderá então ser elaborada a doutrina arquivística brasileira.

Ao final de minha estadia no Brasil

posso afirmar que guardo uma impressão muito favorável. É um país jovem e dinâmico, cheio de confiança no futuro e possuidor, desde já, de um quadro de arquivistas competentes e principalmente entusiastas.

Sim, talvez tenha sido o entusiasmo o que mais me impressionou em todos os contatos profissionais que tive neste país.

Para um europeu é uma sensação reconfortante ver que, no Brasil, quando um problema se apresenta pensa-se imediatamente numa solução.

É possível que a realização não siga o mesmo ritmo mas isso acontece em diversos países.

A UNESCO presta sua colaboração tanto para construção de prédios para arquivos e aquisição de equipamentos, quanto no campo da formação profissional, oferecendo bolsas de estudos para participação em cursos e estágios. Os pedidos devem ser encaminhados por intermédio do Conselho Internacional de Arquivos.

Pessoalmente aprendi muito nesta visita ao Brasil. Aprendi, principalmente, que no campo dos arquivos tudo está ainda por fazer mas tudo já está encaminhado.

E, acreditem, não se pode dizer tal coisa de muitos outros países.

Aqui, todos aqueles com quem mantive contato estavam conscientes dos problemas, ao contrário do que ocorre em outros países onde os problemas não existem simplesmente porque as pessoas não se dão conta da sua existência.

Para terminar quero dizer da minha emoção pela acolhida calorosa e amigável com que fui recebido no Brasil. Notei que uma companhia de aviação brasileira tem como *slogan*: "O Brasil é uma pessoa". Estou de acordo e acho que é uma pessoa que não podemos conhecer sem amá-la.

Há duas semanas que me encontro aqui e levo a impressão de ter aumentado em muito o número de amigos.

Podem estar certos de que, ao fazer meu relatório de viagem à UNESCO, a palavra que vou usar para retratar o Brasil será **CONFIANÇA**.

Confiança voltada para o futuro dos arquivos brasileiros e para a conservação do riquíssimo patrimônio histórico-documental desse grande país.

1) Como deve ser constituída uma equipe para planejar e construir um prédio de arquivo?

R: Esse é um problema que conheço bem. É, talvez, o assunto do qual mais entendo pois, quando fui Chefe dos Serviços Técnicos dos Arquivos, construí 53 edifícios para arquivo.

O essencial quando se quer construir um edifício é ter um plano preciso. O primeiro passo é saber o que se vai colocar nesse prédio e depois saber se será uma edificação destinada a arquivos históricos, arquivos intermediários ou a ambos. Da resposta a essa pergunta vai depender todo o programa da construção.

Um edifício para arquivo histórico irá necessitar, além dos depósitos, de salas para pesquisa.

Já o arquivo intermediário terá que ter, além dos locais de armazenamento, salas para triagem, catalogação e classificação.

Se o prédio for abrigar os dois tipos de arquivos deverá contar com salas para pesquisa, triagem, catalogação e classificação além dos depósitos.

É preciso reservar ainda, locais para os serviços técnicos de microfilmagem, restauração e encadernação, e se for no Brasil, por exemplo, onde o clima é tropical, prever salas para desinfecção e desinfestação.

Além dessas dependências deve-se reservar áreas para a realização de exposições, conferências e reuniões.

A primeira providência que se impõe é a formação de uma equipe de arquivistas, sem arquitetos no início, de modo a definir as reais necessidades do arquivo tais como: a quantidade de arquivos a ser colocados no prédio. A regra geral é que 1000 metros lineares de documentos ocupam 170 m² de área.

Dessa maneira torna-se fácil calcular o espaço de que se vai precisar. Basta medir a quantidade de documentos em metros lineares e multiplicar por 170.

Obviamente quando se vai construir um prédio de arquivo deve-se prever crescimentos futuros, reservando-se área para os documentos que ainda irão ser produzidos.

Se o prédio se destina a um arquivo municipal será necessária uma visita a todos os órgãos da administração municipal para se ter uma idéia aproxima-

da do volume da documentação existente.

O mesmo procedimento deve ser adotado em relação aos arquivos estaduais — o cálculo da área destinada aos pesquisadores. Em princípio destina-se 5 m² de sala para cada leitor. Isto quer dizer que, se se pretende receber vinte leitores ao mesmo tempo será necessária uma sala de 100 m². Esta é uma norma internacional.

— previsão do número de funcionários que irão trabalhar no prédio, em cada setor do arquivo: arquivo textual, arquivo impresso, audiovisual, etc.

Portanto, antes de se construir o prédio, deve-se ter uma idéia clara do organograma de seu funcionamento.

Somente após a conclusão dessa etapa de trabalhos pela equipe de arquivistas, é que o arquiteto inicia sua tarefa. De modo geral não é o arquivista quem escolhe o arquiteto. Ocasionalmente se faz um concurso mas quase sempre é o Estado ou a Cidade quem o escolhe.

O concurso possibilita maiores opções de escolha mas custa caro pois é necessário pagar a todos pela apresentação dos projetos concorrentes.

Na França adotamos uma forma mais simples, pedindo diretamente a um arquiteto que apresente um anteprojeto. Se é aprovado constrói-se seguindo suas diretrizes; caso contrário solicita-se ao arquiteto a sua reformulação.

O chefe do arquivo deve sempre dar sua aprovação ao projeto.

Conheço um país na África, não vou citar o nome, em que o projeto de construção do arquivo foi aprovado pelo governo sem que o chefe do arquivo dele tivesse conhecimento. Essa edificação era tão adequada para um arquivo como para um hospital.

Para a construção de arquivos existem normas técnicas. Essas normas estão publicadas e à disposição para consulta em muitas obras que podem ser encontradas sobretudo no Arquivo Nacional.

2) Gostaria que M. Duchein dissesse alguma coisa sobre conservação de arquivos médicos, especialmente de prontuários.

R: Não possuo muitas informações a esse respeito, mas sei que na França os arquivos médicos são muito bem organizados especialmente no Hospital de

Lyon e no de Creteil. Fornecerei os endereços para maiores informações.

A Associação dos Arquivistas Franceses possui uma seção especializada em arquivos de hospitais. Também esse endereço lhe será fornecido.

3) No que diz respeito à segurança dos arquivos, especialmente o combate a incêndios, o que o Sr. poderia nos dizer sobre os processos utilizados na França?

R: Todos os arquivos modernos são equipados com células foto-elétricas que detectam incêndios.

O sistema é acionado no momento em que há fumaça e é tão sensível que quando alguma fumaça da rua entra pelas janelas ele começa a funcionar imediatamente. No momento em que o sistema de alarme é acionado todas as portas se fecham automaticamente. Todos os depósitos de arquivos franceses são divididos em compartimentos de 200 m² no máximo.

Na França não existe o sistema de *sprinklers*. De modo geral os especialistas europeus são contra o emprego desse sistema.

Nem na França, nem na Inglaterra, Alemanha ou Itália esse sistema é utilizado. Os Estados Unidos entretanto o adotam em seus arquivos. Há divergência de opiniões entre os especialistas. Na França não se usa o sistema por apresentar risco de inundações.

Nos depósitos de arquivos de documentos raros é utilizado o gás *halon*, que também entra em funcionamento tão logo se inicie o fogo, entretanto seu preço é muito elevado.

Nos grandes depósitos de arquivos o alarme contra incêndios está ligado diretamente ao Corpo de Bombeiros.

4) Tem conhecimento do uso de processamento de dados como suporte às atividades de arquivo?

R: No Arquivo Nacional da França existe um setor de Informática que funciona em dois campos de atividades: 1 — automação de catálogos de arquivo (já existem três experiências em funcionamento); 2 — automação das relações de recolhimento (ainda em estudos) a ser adotada nos arquivos intermediários instalados em Fontainebleau.

5) O arquivo intermediário de Fontainebleau está pronto?

R: Ainda não. Serão construídos 10 blocos dos quais apenas dois se acham concluídos. Quando terminar a construção será o maior depósito de arquivo da Europa.

O terceiro bloco está em fase de construção. Cada bloco possui capacidade para armazenar 100.000 m lineares de arquivos. Isto quer dizer que cada bloco isoladamente representa muito mais que o conjunto dos arquivos brasileiros.

6) Quando foram feitos os estudos de viabilidade econômica de utilização da microfilmagem nos arquivos da França foi incluído, para efeito de cálculo, o valor do aluguel do imóvel?

R: Foi calculado o preço de construção do imóvel para alojar 1000 m de documentos, e o preço de 1000 m de microfilmagem.

7) Na pergunta anterior não me referia ao preço da construção mas ao valor do aluguel

R: Não temos prédios alugados. Somos sempre proprietários. Quando se calculou o preço da microfilmagem calculou-se também o salário dos operadores.

8) Quais as principais qualidades de um arquivista e que nível de escolaridade deve possuir?

R: A pergunta é difícil de ser respondida; depende da natureza dos arquivos a serem preservados. Tratando-se de um arquivo histórico será necessária uma formação histórica adiantada, conhecimentos de Paleografia, etc.

Um arquivo administrativo exigirá conhecimento de administração. O arquivista responsável pelo arquivo médico deverá conhecer a fundo o funcionamento do hospital a que o mesmo serve.

Um arquivo de Universidade exige conhecimentos do sistema universitário.

Há, porém, uma formação básica comum a todos e aí estão incluídas a classificação, a seleção, a catalogação, mas a especialização deverá ser feita de acordo com o ramo de arquivo onde serão desempenhadas as atividades profissionais.

9) Quais as principais características a serem observadas na construção dos arquivos intermediários?

R: As mesmas adotadas para a constru-

ção de um depósito clássico de arquivo, contudo:

1º o equipamento é mais reduzido, menos custoso (prateleiras industriais, climatização menos aperfeiçoada etc.)

2º os locais de trabalho são reservados ao pessoal de arquivo e não há consulta por parte do público; daí a ausência de salas de leitura, de exposições, de conferências, etc.

3º os locais de triagem e classificação devem merecer atenção especial e ser particularmente bem equipados.

10) Para nós brasileiros, qual a influência do arquivo intermediário nos arquivos correntes?

R: Quando existe um arquivo intermediário distinto dos arquivos permanentes as transferências são feitas dos arquivos correntes para esse depósito intermediário. Ali os documentos são selecionados e, apenas os que apresentem interesse histórico são posteriormente recolhidos aos arquivos históricos.

11) No planejamento da construção de um prédio para arquivo devem ser previstas áreas extensas ou compartimentos menores e isolados uns dos outros?

R: Toda a área de depósito de mais de 200 m² deve ser separada por uma parede corta-fogo.

12) O Sr. tem conhecimento de iniciativas na América do Sul para a construção de prédios de arquivo, segundo normas modernas?

R: Existe um projeto recente para o Archivo Central de la Nación em Caracas (Venezuela) e um outro em Bogotá (Colômbia). Tenho conhecimento também da existência de um projeto para o Archivo de la Nación de Buenos Aires (Argentina) e outros projetos (notadamente na Costa Rica), porém não os conheço pessoalmente.

13) Em sua opinião, quais os requisitos mínimos fundamentais para a instalação de um arquivo?

R: — Proteção contra incêndios (estantes metálicas, instalação elétrica subterrânea conforme as normas de segurança); — Proteção contra a luz solar (janelas pequenas, postigos ou persianas); — Se possível, temperatura de

18º a 20º e 50% de umidade relativa. Se não for possível, pelo menos um bom arejamento (circulação de ar); — Separação dos locais de trabalho dos locais de armazenamento por portas corta-fogo.

14) Os arquivos correntes recebem orientação e supervisão dos Arquivos Nacionais ou do Arquivo Intermediário?

R: Segundo o sistema praticado na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, etc., o Diretor do Arquivo Nacional exerce sua autoridade sobre os arquivos intermediários que, por sua vez, colaboram com os arquivos correntes. A regulamentação *em todos os níveis* é estabelecida pela Direção do Arquivo Nacional. Os arquivos intermediários não têm autonomia regulamentadora.

15) O Brasil inicia agora uma nova etapa no estabelecimento dos Cursos Superiores de Arquivo. Uma das idéias que surge é a da montagem de laboratórios de arquivo dentro da universidade, onde os alunos possam receber aulas práticas. Para nós a idéia é totalmente nova. Gostaríamos, portanto, de saber se, na França, já existe esse tipo de experiência, e, em caso afirmativo, o que deve ser feito e em que consiste exatamente esse laboratório?

R: Não tenho conhecimento de experiência deste tipo na França. Neste sentido existe um ensino arquivístico ainda embrionário na Universidade de Mulhouse (Alto-Reno) e que até agora não foi reconhecido pelo Estado para fins de recrutamento de arquivistas para Arquivos Públicos.

A iniciativa brasileira me parece excelente e muito promissora, a exemplo do que vem sendo feito no Arquivo Público Mineiro.

16) Qual a sua opinião sobre exposições itinerantes de documentos originais históricos?

R: Sou contra. Entretanto, se realizadas, devem ser constituídas apenas por documentos dos quais existam várias cópias.

17) Algum país faz isso?

R: Não, que eu saiba.